



# CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

## PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 11 /2017

Exmo Sr. Presidente,

O vereador que a esta subscreve, fazendo uso das prerrogativas regimentais, vem com respeito, indicar ao Chefe do Executivo Municipal, o Sr. Prefeito Lindbergh Martins, o envio deste projeto de indicação para esta Augusta Casa Legislativa que *dispõe sobre a autorização e regulamentação da prescrição farmacêutica no âmbito do município de Jijoca de Jericoacoara, Ceará e dá outras providencias.*

Em atendimento ao que dispõe a regular a prescrição farmacêutica, o faz em consonância com as tendências de maior integração da profissão Farmacêutico com as demais profissões da área da saúde, reforça a sua missão de zelar pelo bem-estar da população e de propiciar a valorização técnico científica e ética do farmacêutico.

**Considerando** a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção de consumidor e dá outras providencias;

**Considerando** o Decreto Federal nº 85.878, de 07 de abril de 1981, que estabelece normas para a execução da Lei Federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que dispõe sobre o exercício da profissão farmacêutica, e dá outras providencias;

**Considerando** as deliberações da Conferencia Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde realizada em Alma-Ata (URSS), promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de 6 a 12 de setembro de 1978;

**Considerando** a Portaria Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro (MS/GM), Portaria MS/GM nº 678, de 30 de março de 2006, que aprova a Política de Promoção da Saúde;

**Considerando** a Portaria MS/GM nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da rede de atenção à saúde no âmbito de Sistema Único de Saúde (SUS);

**Considerando** a Portaria MS/GM nº 3.124, de 28 de dezembro de 2012, que redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), Modalidades 1 e 2 às Equipes de Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações específicas, cria a Modalidade de NASF 3, e dá outras providencias;

**Considerando** a Portaria MS/GM nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

CAMARA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA
PROTOCOLO Nº <u>1.116/2017</u>
<u>10 / 10 / 2017</u>
<u>Adriana Flávia</u>
CHEFE DE SERVIÇO





## CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

**Considerando** a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 338, de 6 de maio de 2004, que aprova a política Nacional de Assistência Farmacêutica, em particular o inciso IV do artigo 1º, no que se refere à atenção farmacêutica;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 357, de 27 de abril de 2001, que aprova o regulamento técnico das boas praticas de farmácia;

**Considerando** a Resolução CFF nº 417, de 29 de setembro de 2004, que aprova o Código de Ética da Profissão de Farmacêutica;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 467, de 28 de novembro de 2007, que regulamenta e estabelece as atribuições e competências do Farmacêutico na manipulação de medicamentos e de outros produtos farmacêuticos;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 499, de 17 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias, e dá outras providencias, alterada pela Resolução/CFF nº 505, de 23 de junho de 2009;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 546, de 21 de julho de 2011, que dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fototerapias isentos de prescrição e o seu registro;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 555, de 30 de novembro de 2011, que regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da pratica da assistência farmacêutica em serviços de saúde;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clinicas do Farmacêutico e dá outras providencias;

**Considerando** a Instrução Normativa (IN) da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 5, de 11 de abril de 2007, que dispõe sobre os limites, sobre potencia para o registro e notificação de medicamentos dinamizados,

**Considerando** a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA nº 138, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre o enquadramento na categoria de venda de medicamentos;

**Considerando** a RDC ANVISA nº 222, de 29 de julho de 2005, que aprova a 1ª Edição do Formulário Nacional, elaborado pela Subcomissão do Formulário Nacional, da Comissão Permanente da Revisão da Farmacopéia Brasileira (CPRVD);

**Considerando** a RDC ANVISA nº 26, de 30 de março de 2007, que dispõe sobre o registro de medicamentos dinamizados, industrializados, homeopáticos, antroposóficos e antihomotóxicos;

**Considerando** a RDC ANVISA nº 67, de 08 de outubro de 2007, que dispõe sobre Boas Praticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em Farmácias, alterada pela RDC Anvisa nº 87, 21 de novembro de 2008;

**Considerando** a RDC ANVISA nº 44, de 17 de agosto de 2009, que dispõe sobre boas praticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e





## CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências;

**Considerando** a Resolução/CFF nº 586 de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências.

### **DECRETA:**

**Art. 1º.** AUTORIZA E REGULAMENTA a prescrição farmacêutica no município de Jijoca de Jericoacoara, Ceará, nos termos desta lei.

**Art. 2º.** O ato da prescrição farmacêutica constitui prerrogativa do farmacêutico legalmente habilitado e registrado no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição.

**Art. 3º.** Para os propósitos desta lei, define-se a prescrição farmacológicas e não farmacológicas, e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

**Parágrafo Único.** A prescrição farmacêutica de que trata o caput deste artigo, constitui uma atribuição clínica do farmacêutico e deverá ser realizada com base nas necessidades de saúde do paciente, nas melhores evidências científicas, em princípios éticos e em conformidade com as políticas de saúde vigentes.

**Art. 4º.** O ato da prescrição farmacêutica poderá ocorrer em diferentes estabelecimentos farmacêuticos, (públicos e privados), consultórios, serviços e níveis de atenção à saúde, desde que respeitando o princípio da confidencialidade e a privacidade do paciente no atendimento.

**Art. 5º.** O Farmacêutico poderá realizar a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidades terapêuticas, cuja dispensação não se exija prescrição médica, incluindo medicamentos industrializados e preparação magistrais – alopáticos ou dinamizados – plantas medicinais, drogas vegetais e outras categorias ou relações de medicamentos que venham a ser aprovadas pelo órgão sanitário federal para prescrição do Farmacêutico.

**§1º.** O exercício deste ato deveser estar fundamentado em conhecimentos e habilidades clínicas que abranjam boas praticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, farmacologia clinica e terapêutica.

**§2º.** O ato da prescrição de medicamentos dinamizados e de terapias relacionadas às práticas integrativas e complementares deveser estar fundamentado em conhecimentos e habilidades relacionados à estas praticas.

**Art. 6º.** O Farmacêutico poderá prescrever medicamentos cujas dispensação exija prescrição medica e habilidades relacionadas a estas práticas quando estiver previsto em programas, protocolos, diretrizes ou normas técnicas, aprovados para uso no âmbito de instituições de saúde ou quando da formalização de acordos de colaboração com outros prescritores ou instituições de saúde.





## CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

§1º. Para o exercício deste ato será exigido, pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, o reconhecimento de título de especialista por Sociedade específica ou de especialista profissional Farmacêutico na área clínica ou Assistência Farmacêutica, com comprovação de formação que inclua conhecimentos e habilidades em boas práticas de prescrição, fisiopatologia, semiologia, comunicação interpessoal, farmacologia clínica e terapêutica.

§2º. Para a prescrição de medicamentos dinamizados será exigido, pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, o reconhecimento de título de especialista em Homeopatia ou Antroposofia.

§3º. É vedado ao Farmacêutico modificar a prescrição de medicamentos do paciente emitida por outro prescritor, salvo quando previsto em acordo de colaboração, sendo que, comunicada ao outro prescritor.

**Art. 7º.** O processo de prescrição farmacêutica é constituído das seguintes etapas:

- I. Identificação das necessidades do paciente relacionadas à saúde;
- II. Definição do objetivo terapêutico;
- III. Seleção da terapia ou intervenção relativas ao cuidado à saúde, com base em sua segurança, eficácia, custo e conveniência, dentro do plano de cuidado;
- IV. Redação da prescrição;
- V. Orientação ao paciente;
- VI. Avaliação dos resultados;
- VII. Documentação do processo de prescrição.

**Art. 8º.** No ato da prescrição, o Farmacêutico deverá adotar medidas que contribuam para a promoção da segurança do paciente, entre as quais se destacam:

- I. Basear suas ações nas melhores evidências científicas;
- II. Tomar decisões de forma compartilhada e centrada no paciente;
- III. Considerar a existência de outras condições clínicas, o uso de outros medicamentos, os hábitos de vida e o contexto de cuidado no entorno do paciente;
- IV. Está atento aos aspectos legais e éticos relativos aos documentos que serão entregues ao paciente;
- V. Comunicar adequadamente ao paciente, seu responsável ou cuidador, as suas decisões e recomendações, de modo que estes as compreendam de forma completa;
- VI. Adotar medidas para que os resultados em saúde do paciente, decorrentes da prescrição farmacêutica, sejam acompanhados e avaliados.

**Art. 9º.** A prescrição farmacêutica deverá ser redigida em vernáculo, por extenso, de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, sem emendas ou rasuras, devendo conter os seguintes componentes mínimos:

- I. Identificação do estabelecimento farmacêutico ou do serviço de saúde ao qual o farmacêutico está vinculado;
- II. Nome completo e contato do paciente;
- III. Descrição da terapia farmacológica, quando houver, incluindo as seguintes informações:
  - a). Nome do medicamento ou formulação, concentração/dinamização, forma farmacêutica e via de administração;
  - b) dose, frequência de administração do medicamento e duração do tratamento;





## CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

c) instruções adicionais quando necessários.

IV. descrição da terapia não farmacológica ou de outra intervenção relativa ao cuidado do paciente, quando houver;

V. nome completo do Farmacêutico, assinatura e numero de registro no Conselho Regional de Farmácia;

VI. Local e data da prescrição.

**Art. 10º.** A prescrição de medicamentos, âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estará necessariamente em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, em sua falta, com a Denominação Comum Internacional (DCI).

**Art. 11º.** A prescrição de medicamentos, no âmbito privado, estará preferencialmente em conformidade com a DCB ou, em sua falta, com a DCI.

**Art. 12º.** É vedado ao Farmacêutico prescrever sem sua identificação ou a do paciente, de forma secreta, codificada, abreviada, ilegível ou assinar folhas de receituários em branco.

**Art. 13º.** Será garantido o sigilo dos dados e informações do paciente, obtidos em decorrência da prescrição farmacêutica, sendo vedada a sua utilização pra qualquer finalidade que não seja de interesse sanitário ou de fiscalização do exercício profissional.

**Art. 14º.** No ato da prescrição, o Farmacêutico, deverá orientar suas ações de maneira ética, sempre observando o benefício e o interesse do paciente, mantendo autonomia profissional e científica em relação às empresas, instituições e pessoas físicas que tenham interesse comercial ou possam obter vantagens com a prescrição farmacêutica.

**Art. 15º.** É vedado o uso da prescrição farmacêutica como meio de propaganda e publicidade de qualquer natureza.

**Art. 16º.** O Farmacêutico manterá registro de todo o processo de prescrição na forma da lei.

**Art. 17º.** Consideram-se para fins desta lei, o preâmbulo, as definições de termos (glossário) e as referencias contidas no ANEXO.

**Art. 18º.** Esta lei entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrario.

CAMARA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA, CE, aos  
10 de outubro de 2017.

*Claudionor Francisco de Vasconcelos*

**Claudionor Francisco de Vasconcelos**  
**Vereador PSB**





**CÂMARA MUNICIPAL DE  
Jijoca de Jericoacoara**

# **ANEXOS**





# CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

## GLOSSÁRIO

**Acordo de colaboração:** é a parceria formal entre o farmacêutico e o prescritor ou a instituição, com explícito acordo entre quem está delegando (prescritor ou instituição) e quem está recebendo a autorização (farmacêutico) para prescrever.

**Concentração:** quantidade de substância(s) ativa(s) ou inativa(s) contida(s) em determinada unidade de massa ou volume do produto farmacêutico.

**Consultório farmacêutico:** lugar de trabalho do farmacêutico para atendimento de pacientes, familiares e cuidadores, onde se realiza com privacidade a consulta farmacêutica. Pode funcionar de modo autônomo ou como dependência de hospitais, ambulatórios, farmácias comunitárias, unidades multiprofissionais de atenção à saúde, instituições de longa permanência e demais serviços de saúde, no âmbito público e privado.

**Dose:** quantidade de medicamento que se administra de uma só vez ou total das quantidades fracionadas administradas durante um período de tempo determinado.

**Dinamização:** processo de diluição seguido de agitação ritmada ou de sucussão, e/ou triturações sucessivas do insumo ativo em insumo inerte adequado, cuja finalidade é o desenvolvimento da capacidade terapêutica do medicamento.

**Denominação Comum Brasileira:** denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo, aprovado pelo Órgão Federal responsável pela Vigilância Sanitária.

**Denominação Comum Internacional:** denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo, recomendada pela Organização Mundial da Saúde.

**Droga vegetal:** planta medicinal, ou suas partes, que contenham as substâncias, ou classes de substâncias, responsáveis pela ação terapêutica, após processos de coleta, estabilização, quando aplicável, e secagem, podendo estar na forma íntegra, rasurada, triturada ou pulverizada.

**Estabelecimento farmacêutico:** estabelecimento sustentável centrado no atendimento das necessidades de saúde do indivíduo, da família e da comunidade, por meio da prestação de serviços farmacêuticos e da provisão de medicamentos e outros produtos para a saúde, que visem à promoção e recuperação da saúde, a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

**Farmácia clínica:** área da farmácia voltada à ciência e prática do uso racional de medicamentos, na qual os farmacêuticos prestam cuidado ao paciente, de forma a otimizar a farmacoterapia, promover saúde e bem estar, e prevenir doenças

**Medicamento:** produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.





## CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

**Medicamento dinamizado:** medicamento preparado a partir de substâncias que são submetidas a triturações sucessivas ou diluições seguidas de sucussão, ou outra forma de agitação ritmada, com finalidade preventiva ou curativa a ser administrado conforme a terapêutica homeopática, homotoxicológica ou antroposófica.

**Medicamento fitoterápico:** medicamento alopático, obtido por processos tecnologicamente adequados, empregando-se exclusivamente matérias-primas vegetais, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.

**Paciente:** pessoa que solicita, recebe ou contrata orientação, aconselhamento ou prestação de outros serviços de um profissional da saúde.

**Planta medicinal:** espécie vegetal, cultivada ou não, utilizada com propósitos terapêuticos.

**Plano de cuidado:** planejamento documentado para a gestão clínica das doenças, outros problemas de saúde e da terapia do paciente, delineado para atingir os objetivos do tratamento. Inclui as responsabilidades e atividades pactuadas entre o paciente e o farmacêutico, a definição das metas terapêuticas, as intervenções farmacêuticas, as ações a serem realizadas pelo paciente e o agendamento para retomo e acompanhamento.

**Prescrição:** conjunto de ações documentadas relativas ao cuidado à saúde, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e à prevenção de doenças e outros problemas relacionados.

**Prescrição de medicamentos:** ato pelo qual o prescritor seleciona, inicia, adiciona, substitui, ajusta, repete ou interrompe a farmacoterapia do paciente e documenta essas ações, visando à promoção, proteção e recuperação da saúde, e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde.

**Saúde baseada em evidência:** é uma abordagem que utiliza as ferramentas da epidemiologia clínica, da estatística, da metodologia científica, e da informática para trabalhar a pesquisa, o conhecimento, e a atuação em saúde, com o objetivo de oferecer a melhor informação disponível para a tomada de decisão nesse campo.

**Serviços de saúde:** serviços que lidam com o diagnóstico e o tratamento de doenças ou com a promoção, manutenção e recuperação da saúde. Incluem os consultórios, clínicas, hospitais, entre outros, públicos e privados. **Uso racional de medicamentos:** processo pelo qual os pacientes recebem medicamentos apropriados para suas necessidades clínicas, em doses adequadas às suas características individuais, pelo período de tempo adequado e ao menor custo possível, para e para a sociedade.

**Uso seguro de medicamentos:** inexistência de injúria acidental ou evitável durante o uso dos medicamentos. O uso seguro engloba atividades de prevenção e minimização dos danos provocados por eventos adversos, que resultam do processo de uso dos medicamentos.